

# Internacionalização da Educação Superior Brasileira:

## Panorama das universidades de fronteira

**Deise Baumgratz**

Universidade Federal Tecnológica do Paraná, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-1427-2598>  
baumgratz9@gmail.com

## Introdução

As universidades desempenham papel fundamental na transformação social local e regional, promovendo pesquisas e projetos voltados para o desenvolvimento regional, atendendo as necessidades locais onde se inserem e formando recursos humanos com competências críticas para atuar no complexo cenário atual. Na consecução dos objetivos centrais da universidade, ensino, pesquisa e extensão, a internacionalização se torna importante ferramenta para êxito da missão institucional.

Contudo, alguns preceitos básicos antecedem a discussão sobre a internacionalização da educação, tais como: o que, porque e como. Entretanto, tais perguntas não são frequentemente reflexionadas no âmbito da internacionalização universitária, comumente repetindo ritos e mecanismos de um *status quo* hegemônico. Internacionalização da educação superior, de maneira ampla, pode ser concebida como a forma como a universidade se relaciona com o mundo, buscando mais efetividade nas respostas aos desafios oriundos da modernidade e globalização, principalmente após o período da Guerra Fria. A internacionalização educacional é um processo interdisciplinar e multifacetado, não se resumindo a disciplinas internacionais ou ao intercâmbio acadêmico.

O *status quo* se refere ao modo tradicional de promover a internacionalização da educação, o qual habitualmente se dedica a mobilidade acadêmica e à publicação internacional, de modo a ganhar destaques nos *rankings* de internacionalização. Assim, a mobilidade acadêmica é frequentemente concebida como escopo central da internacionalização. De fato, a mobilidade é característica importante para a troca de conhecimento, entretanto, não é acessível para todo o corpo acadêmico, apenas uma pequena minoria possui condições econômicas, deste modo, por que este método é categórico ao se falar em internacionalização da educação superior? Debater-se-á este ponto na segunda seção deste artigo.

Logo, a hipótese apresentada nesta pesquisa é de que o *status quo* adotado pelas universidades está associado essencialmente à interesses políticos e econômicos, voltados para a cooperação com o norte global, majoritariamente EUA e Europa. Fato ratificado pela pesquisa a ser apresentada, a qual explicita a baixa cooperação bilateral com os países fronteiriços.

O objetivo central deste artigo é debater e evidenciar as oportunidades e perspectivas de internacionalização da educação superior através das fronteiras nacionais, explorando formas mais sustentáveis de internacionalizar as universidades. A sustentabilidade nesse caso, se vincula à um processo efetivo para burilar o conhecimento científico, assim como o profissional que vai se formar, desta forma, para ser sustentável o processo de internacionalização precisa ser amplamente acessível, incorporado nas estruturas acadêmicas e administrativas e constantemente avaliado – características ausentes no *status quo* da internacionalização.

Para isso, será necessário debater os conceitos de internacionalização da educação, respondendo a três perguntas: o que, por que e como. As duas primeiras serão respondidas na primeira seção, enquanto o “como” será objeto da última seção, onde se apresentam as diferentes possibilidades para internacionalização educacional oriundas da localização geográfica brasileira, com sua vasta e diversa fronteira.

O diferencial da pesquisa consiste em, ademais de analisar criticamente as teorias acerca da internacionalização da educação, o fato de propor uma nova perspectiva do que se denomina como internacionalização sustentável, considerando o papel primário da universidade que é promover a transformação social do território onde está inserida, olhando para o global e regional, promovendo debates e buscando soluções para os problemas identificados. Ou seja, a internacionalização sustentável é utilizada como um meio para aprimorar o conhecimento científico produzido, através da cooperação transfronteiriça.

Apesar da fronteira brasileira constituir uma extensa porção territorial com grande diversidade cultural, linguística, social, acadêmica entre outras, é pobremente explorada pelas universidades. A justificativa para isso está ligada ao atual modelo hegemônico de internacionalização universitária, que segue preceitos da agenda neoliberal, conforme será explorado mais adiante. Destaca-se que, no Brasil, conforme a Constituição Federal brasileira, “A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional” (CF/88, Art. 20, II. BRASIL, 1988).

Por conseguinte, analisaremos uma pesquisa publicada em 2019, apoiada pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), sobre a internacionalização das universidades de fronteira. Finalmente, será traçado uma proposta que rompe com a *práxis* da internacionalização educativa atual, de fomento a uma visão de internacionalização sustentável, empenhada para o desenvolvimento e integração regional, respondendo assim, às demandas e necessidades do território e espaço de atuação da universidade.

O assunto será detalhado por meio de debate teórico sobre a origem e conceitos da internacionalização da educação, demonstrando como ela é desenvolvida no ensino superior atual. Será evidenciado a vinculação da origem da prática com a mundialização de capitais e com a agenda neoliberal após a Guerra Fria.

## Metodologia

O percurso trilhado para a pesquisa iniciou em 2018, com apoio da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) com o intuito de mapear as instituições de fronteira (BAUMGRATZ et al., 2019). Na pesquisa, além de listar as instituições, aplicou-se questionário misto estruturado (perguntas fechadas e abertas) para gestores de relações internacionais de IES localizadas na faixa de fronteira, com o propósito de traçar um perfil destas instituições, assim como conhecer as práticas relacionadas a educação na fronteira.

Inicialmente, delimitou-se os estados fronteiriços, logo, a busca ocorreu a partir desta demarcação. Considerou-se para a medição de distância, a quilometragem da fronteira até o limite mais próximo do município, ou seja, há casos em que a cidade está na faixa de fronteira, mas o campus da universidade não, ainda assim optou-se por considerar estas instituições, uma vez que o espectro de atuação abrange a faixa de fronteira. Através de um cruzamento de dados do sistema “e-mec” e de pesquisa em ferramentas de busca on-line, identificou-se as Instituições de Ensino Superior (IES) localizadas na faixa de 150km da fronteira nacional.

A análise do mapeamento será apresentada na terceira seção deste artigo, logo após uma breve discussão teórica. Após identificar as IES, aplicou-se um questionário via *Google Docs*. O questionário passou previamente por testagem de duas IES, para posterior aplicação. O formulário foi enviado para o e-mail de todos os escritórios de relações internacionais – aquelas poucas, que não possuíam identificação da pasta, foram enviadas à Reitoria da instituição -, posteriormente houve uma ligação para todas as IES justificando a importância da pesquisa. As respostas dos gestores foram computadas por meio de gráficos e relatórios, os quais serão analisadas na terceira seção deste artigo.

Igualmente faz parte da terceira seção uma síntese de conversas qualificadas ocorridas no Instituto Federal do Paraná – *Campus Foz do Iguaçu* (ocorrida em 14

de agosto de 2018), Universidade Federal Fronteira Sul – *Campus* Chapecó (ocorrida em dezembro de 2018) e Universidade Federal de Roraima (ocorrida em dezembro de 2018), a entrevista buscou conhecer as práticas de ensino, pesquisa e extensão das IES na fronteira.

A parte descritiva que prossegue combina abordagem teórica e empírica. O conhecimento prático dos autores na área de relações internacionais foi imprescindível para o amadurecimento do tema, por outro lado, uma extensiva revisão bibliográfica foi realizada com o intuito de aprofundar a discussão sobre internacionalização.

A análise dos dados e a proposta final de uma internacionalização educacional pelas fronteiras é resultado desta discussão teórica e empírica, embasada fundamentalmente na análise dos dados coletados pela pesquisa realizada e será apresentada na última seção.

O artigo está dividido em três partes, a primeira problematiza o processo de internacionalização educacional, respondendo às perguntas, o que é, e, por que internacionalizar? A partir delas, analisou-se alguns teóricos críticos do modelo de internacionalização da educação tradicional, que reduz suas estratégias à mobilidade acadêmica. A terceira seção trouxe um panorama atual das IES de fronteira juntamente a uma nova perspectiva de internacionalização educacional.

## Internacionalização da Educação, entre a teoria e a prática

A origem da internacionalização da educação está atrelada ao fenômeno de mundialização de capitais e seus desdobramentos após a Guerra Fria. Em função disso, os interesses iniciais da internacionalização da educação seguem o mesmo caminho da agenda neoliberal (aumento da produtividade e da competitividade). Castro, Lundgren e Woodin (2020) apontam que a internacionalização da educação seguiu os mesmos preceitos da globalização, medindo a produtividade acadêmica, a excelência da pesquisa, o prestígio e a posição em *rankings*. A questão social, de equidade e de amplo acesso à educação permanecem secundários nesta equação.

Boaventura de Sousa Santos (2018), argumenta que os *rankings* aparecem no contexto do neoliberalismo para atribuir valor as universidades, atraindo maior capital transnacional, mas são incapazes de medir a qualidade ou o impacto social das instituições. Para corroborar com isso, podemos analisar a metodologia de medição do “QS Top Universities”, um dos mais populares *rankings* de universidades, para o ranqueamento consideram seis pontos: reputação acadêmica; reputação perante empregadores; citações por faculdade; proporção de docentes por aluno; proporção

de docentes internacionais; proporção de estudantes internacionais<sup>1</sup>. Nenhum dos itens elencados é capaz de auferir a qualidade acadêmica, o enfoque está na quantidade de produção e em número de acadêmicos internacionais, indicando o papel comercial assumido pela educação.

Em contraponto ao atual arranjo educacional, Marmolejo (2019), questiona o papel da instituição no território e na transformação social, considerando que a internacionalização da educação tem voltado o interesse institucional para fora, abandonando o papel primário da universidade de comprometimento com a transformação social e local.

Segundo Marília Morosini (2006), a internacionalização universitária é qualquer empenho organizado da IES que objetive tornar o ensino superior mais responsivo às demandas da sociedade, da economia e do mercado de trabalho, oriundas da globalização (MOROSINI, 2006; p. 96).

Hans de Wit (2000), um dos primeiros expoentes sobre o assunto, indaga o contexto e a complexidade do tema, ele descreve a internacionalização da educação como o processo de integração internacional/intercultural nas dimensões do ensino, pesquisa e nos serviços internos das IES. Neste sentido chama a atenção para três aspectos: a) internacionalização como um processo; b) internacionalização como resposta a globalização; e c) internacionalização considerando os elementos internacionais e locais.

Se traz luz aqui, há três pontos apontados por De Wit (2000) e sua vinculação com a pergunta, “o que é internacionalização?”. Iniciando pelo item “b” elencado acima, compreende-se que a internacionalização da educação surgiu como resposta a nova organização global pós Guerra-Fria, onde emerge o discurso de promoção da paz e cooperação internacional. Deste modo, a internacionalização da educação pode ser assimilada como uma estratégia política de *Soft Power*<sup>2</sup>, por meio da qual reforçaria a identidade nacional e o impacto político de um país a nível global. Portanto, no âmbito político a internacionalização educacional é estratégia do Estado.

Nesta perspectiva, identifica-se uma série de políticas governamentais de incentivo a internacionalização da educação, com financiamento público para promover mobilidades internacionais. Um dos programas mais conhecidos é o Erasmus, programa Europeu que surgiu em 1977 com apenas 2 países, mas se fortaleceu após 1987 (ERASMUS, 2017). É uma iniciativa para fomentar a mobilidade e a empregabilidade dos estudantes e promover uma europeização. Uma pesquisa realizada pelo *Erasmus Student Network* (ESN), aponta que 59% dos estudantes que participaram de mobilidade se sentem mais “europeus” (ESN, 2020). No mesmo sentido, o Tribunal de Contas Europeu no relatório de 2018 ressaltou que a “mobilidade Erasmus+ proporciona valor acrescentado europeu de muitas formas, além das exigidas na base jurídica, designadamente uma abordagem estratégica da mobilidade,

---

<sup>1</sup> Mais informações disponíveis em: <<https://www.topuniversities.com/qs-world-university-rankings/methodology>> acesso em 22 de maio de 2020.

<sup>2</sup> Sobre o assunto consultar: Nye (2004).

um aumento do sentimento de identidade europeia e o multilinguismo” (TCE, 2018), fortalecendo deste modo o processo de integração regional.

Outra política governamental de promoção da mobilidade acadêmica foi o programa brasileiro, “Ciência Sem Fronteiras” (CsF), criado em 2011. O CsF financiava períodos de mobilidade acadêmica para alunos brasileiros, oportunizando aos estudantes de diferentes classes sociais, a realização de um intercâmbio internacional. A política pública sofreu críticas e elogios, contudo, os motivos para tal não fazem parte do arcabouço desta pesquisa.

Na questão da mobilidade acadêmica, Lima e Machado (2009) definem internacionalização da educação como passiva ou ativa. A primeira se refere a IES que promove o envio de estudantes para intercâmbios enquanto a ativa faz menção às políticas de atração de estudantes internacionais.

Além do âmbito político, pondera-se o aspecto econômico da internacionalização educacional. Muitas instituições arrecadam dinheiro com a cobrança de taxas universitárias, sendo altamente lucrativo atrair estudantes internacionais. Além disso, o processo neoliberal de internacionalização da educação engajou uma competição internacional por pesquisa de ponta e de alta tecnologia, movimentando uma indústria cara e lucrativa. Neste sentido, a educação se torna uma mercadoria negociada no mundo globalizado.

Destarte, a internacionalização da educação, frequentemente deixa de ser um processo pensado para a construção coletiva e complexa do conhecimento para ser mais uma forma de lucratividade. Knight (2012), alerta para o comércio da “mobilidade” internacional, onde as universidades ganham com o intercâmbio dos alunos estrangeiros e fazem menos investimento na qualidade do ensino.

Por outro lado, existem os aspectos culturais e sociais. Na perspectiva deste texto, este deveria ser o principal objetivo, uma vez que proporciona no processo educativo uma visão holística e intercultural dos problemas sociais, mas normalmente é secundário no escopo da internacionalização educacional. A mobilidade por exemplo, quando incorporada a estrutura da universidade pode promover o conhecimento linguístico e cultural, a forma como a instituição recebe um estudante internacional e o insere nas estruturas acadêmicas pode aumentar a dinâmica de troca de conhecimento e interação entre os estudantes. Analogamente, o estudante que sai em mobilidade, ao retornar pode contribuir em diversos aspectos culturais, linguísticos e acadêmicos, todavia, normalmente apenas entregam um relatório de atividade e somam mais um número para os índices universitários.

A cooperação entre pares acadêmicos é outra alternativa de internacionalização sustentável, quando dois pesquisadores somam força para solucionar um problema em comum, a tendência é de abarcar uma visão holística e interdisciplinar sobre o tema. Assim como, tal cooperação pode reverberar na própria formação da ementa e na estrutura curricular de um curso ou disciplina, uma vez que o professor dotado de uma visão ampla e multidimensional, compreende as distintas dinâmicas educacionais existentes e transforma suas *práxis* acadêmica.

É neste sentido que a cooperação transfronteiriça é importante. Será detalhada na última parte do artigo, entretanto, é uma forma de internacionalização educacio-

nal sustentável, onde atores com diferentes perspectivas de mundo, diferentes culturas e idiomas e distintas práticas acadêmicas podem trabalhar conjuntamente para a construção de respostas as demandas sociais comuns, já que os problemas de saúde pública, econômicos, sociais entre tanto outros, não costumam parar na imigração, eles são permeáveis e atravessam as fronteiras. Uma política pública ou solução a uma demanda social com enfoque em apenas um dos lados de uma fronteira, habitualmente são fadadas ao fracasso.

Ressalta-se que, em função dos objetivos político e econômicos, a internacionalização da educação superior tem se reduzido essencialmente a mobilidade acadêmica. De Wit (2000) critica essa visão reducionista, assim como Knight e De Wit (2007). Pode-se evidenciar a preocupação institucional na realização de mobilidade pelos acordos internacionais firmados nos escritórios de relações internacionais. A maioria destes acordos bilaterais são voltados para a mobilidade de docentes, discentes e pessoal administrativo, alguns poucos acordos tem como objetivo cooperações mais complexas e raras saem do papel.

Na Universidade Federal da Integração Latino-Americana - Unila, entre os anos de 2018 e 2019 foram assinados 35 convênios internacionais, destes apenas 4 não eram exclusivos de mobilidade acadêmica, ou seja, 89% do total de convênios tinha como objetivo o intercâmbio. Isso vem de encontro com o apontado anteriormente, a preocupação principal das IES é a mobilidade acadêmica, seja em função do interesse político, econômico ou apenas seguindo o *status quo* sem maiores indagações. Há que ponderar o fato de muitas ações de cooperação internacional acontecerem na informalidade entre os pares acadêmicos, em função da falta de diálogo entre a administração e o corpo acadêmico, assim como alguns entraves legais e burocráticos que dificultam a formalização de acordo.

Retornando aos pontos elencados por De Wit (2000), sobre o conceito de internacionalização da educação, observara-se agora ela como processo. Novamente, esse é um dos aspectos que aparece mais na teoria do que na prática. A internacionalização da educação nas instituições brasileiras ocorre majoritariamente de forma vertical, *top-down*, é dizer que as parcerias, os acordos e os editais são comumente organizados pela administração da universidade e repassados para a comunidade acadêmica. Quando o ideal seria um processo de internacionalização incorporado nas estruturas orgânicas da universidade, que perpassa suas raízes nos diferentes âmbitos, tanto o professor, quanto o estudante ou o funcionário administrativo deveriam estar envolvidos no processo. Muitas instituições sequer refletem sobre seus processos de internacionalização, replicam estratégias do *status quo*, isto é, da forma tradicional hegemônica de se promover dita internacionalização – por meio de mobilidade e cooperação com o Norte global.

Nesta lógica, outra dificuldade encontrada está no treinamento dos professores e pessoal administrativo para o processo de internacionalização. Mestenhauser (2000), aponta que a reponsabilidade de buscar a internacionalização é frequentemente atribuída aos estudantes, os professores consideram que está sendo feito o suficiente e que é responsabilidade dos alunos buscarem oportunidades internacionais de estudo. O autor ressalta que a atitude é compreensível em função da formação do próprio professor, que passou por uma escolarização tradicional e replica o

modelo cartesiano. Para alterar a lógica atual seria necessário romper com a estrutura tradicional e oferecer capacitação interdisciplinar aos professores e pessoal administrativo para incorporá-los como agentes ativos no processo de internacionalização da educação.

Por fim, o último elemento trazido por De Wit (2000), se refere a incorporação de aspectos internacionais e locais no processo de internacionalização da educação. Isso se justifica, como já mencionado acima, pelo papel vital da instituição, de promover a transformação social, a busca crítica pelo conhecimento e a formação acadêmica holística do estudante. Tais premissas deveriam permear todas as ações institucionais, inclusive a internacionalização, assim, mais do que fomentar a mobilidade é crucial empregar a internacionalização como ferramenta na missão institucional, associando os elementos internacionais e locais para uma formação ampla, crítica, intercultural e capaz de lidar com os complexos desafios sociais presentes na sociedade.

Mestenhauser (2000) descreve internacionalização da educação como um processo complexo, interdisciplinar e multifacetado, não se resumindo a disciplinas internacionais ou ao intercâmbio acadêmico. Resumindo, a internacionalização da educação como processo, incorpora: planejamento, ação, controle, revisão e aprimoramento. Além disso, deve estar entranhado nas estruturas acadêmicas e administrativas da instituição, sendo um meio para atingir missão institucional e não um fim em si mesmo. Ademais, requer diálogo constante com o âmbito local, considerando as necessidades sociais do território, fornecendo respostas para os problemas sociais. No esquema a seguir apresenta-se o processo de internacionalização educacional considerando o ante exposto.

**Imagem 01:** Processo de Internacionalização da Educação



**Fonte:** Elaboração Própria, 2020.

O esquema apresenta a internacionalização da educação como um processo, com etapas de a) planejamento, b) implementação; c) acompanhamento/controle e d) revisão/atualização/aprimoramento. Por outro lado, a internacionalização da educação

serve como ferramenta transversal ao ensino, pesquisa e extensão para atingir o objetivo de atender as demandas sociais locais/regionais, considerando ambos os aspectos intrínsecos e internacionais.

Outro empecilho para a instrumentalização da internacionalização da educação, se encontra na capacitação dos próprios gestores de relações internacionais. A pasta de Relações Internacionais da Unila ganhou o *status* de Pró-Reitoria em 2014 e até 2020, 06 gestores de diferentes áreas passaram pelo cargo, sendo que apenas 01 tinha formação em Relações Internacionais, os outros gestores não possuíam experiência acadêmica ou profissional na área, evidenciando a alta rotatividade do cargo. Em outras instituições públicas brasileiras a situação é semelhante, uma vez que a nomeação se dá por indicação política e frequentemente não leva em consideração o *know-how* do indicado, mudando a cada nova eleição de reitor. Sendo assim, há uma descontinuidade das políticas, assim como em outras esferas públicas, confirmando uma instabilidade para continuidade de ações.

Identifica-se algumas facetas da internacionalização educacional, seus vieses econômicos, políticos e culturais/sociais. Nota-se que o processo de internacionalização educativa está intimamente atrelado ao processo de mundialização de capitais e o avanço neoliberal, à vista disso, segue os mesmos princípios de competitividade, produtividade, lucratividade e nesta equação os estudantes e professores se tornam números a ser somados ou diminuídos.

István Mészáros (2008), ao debater o panorama geral da educação na América Latina, menciona a necessidade de uma ampla reestruturação do sistema educacional, a mesma demanda vem à tona ao se tratar de internacionalização da educação. Em função de ser um processo multifacetado e complexo, requer uma abordagem holística e interdisciplinar, algo que o sistema de formação acadêmica tradicional não está habituado, gerando professores reificadores do sistema hegemônico. Outros pontos agravam a situação no quesito da internacionalização da educação como a falta de capacitação dos gestores dos escritórios de relações internacionais e a instabilidade política nacional.

Entretanto, críticas feitas, pode-se reflexionar em medidas para despontar novos mecanismos de internacionalização da educação, enquanto uma reforma no sistema educacional não acontece, deslocando os esforços de cooperação para a América Latina, buscando formar um centro de conhecimento científico voltado para a nossa realidade e problemáticas. Deste modo, fortalecendo a integração e o desenvolvimento regional, beneficiando outras esferas, como econômica, de saúde, agrária, entre outras.

Este será o tema da próxima seção, onde será discutido o fortalecimento da cooperação transfronteiriça, esquadrinhando uma internacionalização sustentável e horizontal, voltada para as demandas sociais regionais na tentativa de superá-las.

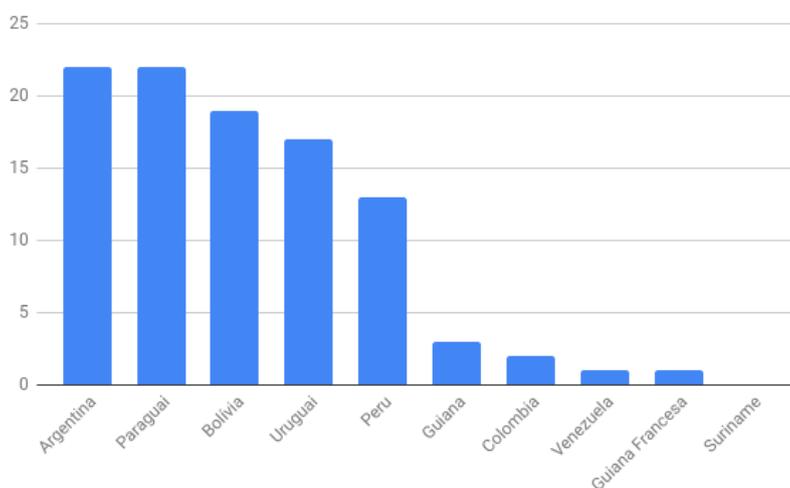
## Por uma outra internacionalização

O Brasil possui uma área de mais de 16.000 km de fronteira (PEGO, et al., 2017), fazendo divisa com Argentina, Paraguai, Bolívia, Uruguai, Peru, Guiana, Colômbia, Venezuela e Guiana Francesa, concentrando uma grande diversidade. Todavia, as regiões de fronteiras, habitualmente, são marginalizadas no processo de formulação de políticas públicas, em função da ausência de representatividade política e populacional. Conforme dados do IPEA (PEGO, et al., 2017), apesar de constituir 27% do território nacional, a faixa de fronteira concentra apenas 6% da população.

Quando explorado acima os conceitos sobre internacionalização da educação, compreende-se que o modelo do *status quo* adotado pelas IES está vinculado à interesses políticos e econômicos, voltados para a cooperação com o norte global, majoritariamente EUA e Europa. Fato ratificado pela pesquisa a ser apresentada, a qual demonstra a baixa cooperação bilateral com os países fronteiriços.

Desta forma, não obstante estarem localizadas na faixa de fronteira, muitas universidades desconsideram o território e as demandas regionais e viram as costas para a fronteira. Mapeou-se 88 IES distribuídas em 64 cidades brasileiras, conforme *Gráfico 1* (BAUMGRATZ et.al., 2019)<sup>3</sup>.

Gráfico 1: Universidades por país de fronteira.



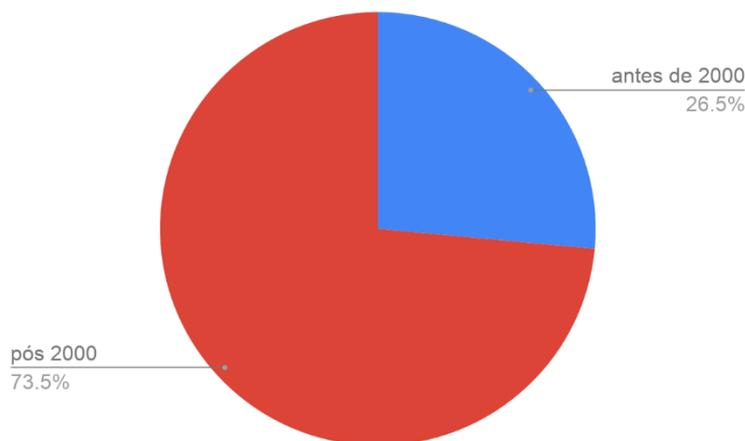
**Fonte:** Baumgratz et. al. (2019).

Além de considerar a localização, averiguou-se o ano de criação destas instituições (*Gráfico 2*) e identificou-se que aproximadamente 74% das IES localizadas na faixa de fronteira foram criadas após os anos 2000, estas universidades fazem parte

<sup>3</sup> A tabela completa pode ser acessada em: <http://bit.ly/tabelaiesfronteira>. Acesso em 23 de maio de 2020.

de uma política de Estado para interiorização das universidades, assim como o desenvolvimento da faixa de fronteira, incluindo o aporte do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Gráfico 2: Ano de criação das IES de fronteira.



Fonte: Baumgratz et. al. (2019).

Conforme já exposto anteriormente, o objetivo da pesquisa foi de mapear as IES de fronteira e identificar como estas instituições estavam trabalhando a cooperação fronteiriça, a seguir são analisadas 22 respostas oriundas dos gestores de relações internacionais ao questionário.

Questionou-se as IES com relação ao quantitativo total de estudantes e o quantitativo de estrangeiros. As 22 IES somaram aproximadamente 72 mil estudantes na graduação, sendo 1346 estrangeiros, e 8 mil na pós-graduação, com 190 estrangeiros. Compete ressaltar que a Unila responde sozinha por 1240 alunos estrangeiros na graduação e 91 na pós-graduação. Estes estudantes estão distribuídos em 650 cursos, e destes, 56% estão na região Sul do país, 28% na região Norte e 16% na região Centro-Oeste.

Os dados acima reverberam o baixo número de estudantes internacionais regulares nas IES de fronteira, isso é reflexo da falta de políticas de ingresso de estudantes estrangeiros regulares. A Universidade Federal de Roraima (UFRR), na fronteira com a Venezuela, em entrevista presencial realizada em dezembro de 2018 (ROCHA, 2018), revelou não haver edital de ingresso de estudantes internacionais em função do desconhecimento da legislação e normativas sobre o assunto. O Instituto Federal do Paraná, campus Foz do Iguaçu, em entrevista realizada em 2018 (DAHLEM, 2018), descreveu certa dificuldade com a regulação migratória dos estudantes fronteiriços. Já a Universidade Federal da Fronteira Sul (CORDEIRO, 2018), descreveu a dificuldade oriunda da gestão da estrutura *multicampi* e da legislação fronteiriça, relatando haver várias atividades de cooperação com a Argentina que ocorrem sem o devido registro institucional em função da alta burocracia envolvida.

Os dados igualmente revelam uma discrepância na distribuição dos cursos, sendo que apenas 28% estão na região Norte do país, é crucial considerar a existência da Amazônia e a baixa densidade populacional naquela região.

A pesquisa apontou que 41% das IES que responderam ao questionário **não** possuem ações de extensão com impacto ou realizadas nas cidades limítrofes dos países vizinhos, já 36%, **não** possuem projetos de pesquisa com impacto ou realizados nas cidades limítrofes dos países vizinhos. Um número alto considerando que o principal meio da universidade de transformação social é por projetos de pesquisa e extensão, observa-se assim, que grande parte destas IES, apesar de localizadas na faixa de fronteira, não consideram o território para formulação das políticas universitárias.

Há que considerar a dificuldade normativa e burocrática para esse tipo de cooperação, uma vez que para atravessar a fronteira, ainda que seja apenas uma rua ou uma ponte, requer-se um processo formal de afastamento do país, demorado e oneroso. Assim, algumas ações ocorrem na informalidade, sem o devido reconhecimento institucional.

Tal como a ausência de projetos transfronteiriços, está o número de acordo bilaterais com países de fronteira, 60% das IES afirmaram ter acordos, o restante, ou seja, 40% não possuíam nenhum acordo de cooperação com o país fronteiriço. Evidente que é necessário considerar a existência de universidades no país vizinho, entretanto, presume-se que esse dado é reflexo do modelo de internacionalização adotado pelas IES brasileiras, voltados para uma cooperação com o Norte global, desconsiderando a cooperação Sul-Sul. Isto porque, no questionário aplicado, muitas respostas ratificam a hipótese, como transcritas a seguir:

**Trata-se também de uma complexidade da própria gestão de interesses universitários difusos. Docentes, Técnicos Administrativos (TAEs) e alunos possuem perspectivas distintas e foco muitas vezes em outras regiões que não necessariamente estão situadas na região de fronteira.** Isso desenvolve uma dinâmica de ao mesmo tempo do esforço com foco/prioridade na região de fronteira tem-se de buscar a fragmentação de relações bilaterais com instituições europeias, norte-americanas, asiáticas, etc... **Quando temos programas de mobilidade regional geralmente atraí menos interessados que oportunidades que visam países europeus** (IES 1, 2019, grifos nosso).

Outras instituições afirmam no mesmo sentido, “Não temos contato com instituições de países vizinhos. Tentamos, mas na hora de validar isso por meio de convênio etc, não foi viável, o que acabou desestimulando o interesse das partes” (IES 2, 2019), ou ainda alegando “Falta o interesse de firmar convênios” (IES 3, 2019). O interesse individual e institucional está voltado para o *status quo*, ações que rompem com essa estrutura, como a mobilidade regional ou latino-americana, demandam um esforço maior.

Por outro lado, algumas IES revelam problemas de infraestrutura, como as “condições precárias das estradas que dificultam o acesso à fronteira” (IES 4, 2019). Outras descrevem entraves burocráticos e normativos para fomentar a cooperação transfronteiriça, como a “dificuldade de mobilidade, de utilização do carro oficial para traslados, além da necessidade de publicação de afastamento do país em diário

oficial oneram e dificultam o trânsito regional” (IES 5, 2019), no mesmo sentido a IES 5 (2019, grifos nosso) relata que a travessia é a maior dificuldade encontrada, já que “Nosso campus está a 2 km da divisa, em uma divisa seca. Simplesmente poderíamos atravessar a rua, assim como os demais moradores fazem. Ai a lei nos bloqueia. **Não somos fora da lei, a lei que é fora da nossa realidade**”. Os relatos trazem uma noção do cenário atual, algumas instituições não demonstram interesse na cooperação transfronteiriça, outras, apesar de interessadas esbarram em problemas econômicos, políticos, burocráticos (internos e externos), de infraestrutura, entre outros. Como bem descreve a IES 6 (2019):

Temos dificuldade em aproximar as ações institucionais, notadamente em avançar em parcerias acadêmicas mais estratégicas, que poderiam culminar, por exemplo, com a criação de cursos bi-nacionais. Hoje as interações acadêmicas são esparsas, focadas nas iniciativas dos professores, e são tratadas da mesma forma como relações com qualquer outra instituição estrangeira, independentemente da questão fronteiriça.

Algumas instituições se destacaram positivamente na pesquisa, 23% afirmaram possuir cursos binacionais ou de dupla titulação com os países vizinhos, demonstrando que tal cooperação é possível dentro do sistema normativo brasileiro. O número reduzido valida o potencial de expansão deste perfil de cooperação.

A análise realizada potencializa a imagem de uma rede de universidades de fronteiras, para que estas fortaleçam sua identidade institucional, somando poder político para pleitear mudanças em normas e entraves legais para a cooperação internacional transfronteiriça e, finalmente, fortalecendo a cooperação internacional sustentável buscando soluções para as demandas locais.

No entanto, apenas a formação da rede não é suficiente. Conforme elencado na seção anterior, há um conjunto de paradigmas quando o assunto é internacionalização da educação que precisam ser rompidos. A formação de docentes e de gestores é fundamental para tratar a internacionalização educacional de forma sustentável nas instituições. Entender a internacionalização da educação como um processo é essencial para conseguir planejar e gerenciar as ações estratégicas.

Olhar para as fronteiras significa internacionalizar, significa cooperação linguística, cultural, acadêmica, agrária, de saúde, esportiva entre tantas outras possibilidades. Os problemas sociais não param na imigração, assim, se a instituição possui em sua missão a ânsia pela transformação social local/regional ela precisa encarar de frente a fronteira, fazendo dela parte da estrutura intrínseca institucional. Ressalta-se ainda, que este modelo de internacionalização da educação não visa excluir outras regiões geográficas, como os tradicionais centros educacionais europeus e americanos, simplesmente pretende apontar outras alternativas.

## Considerações Finais

A pesquisa expendeu a internacionalização da educação pelos aspectos políticos, econômicos e sociais/culturais. Identificou-se o impacto do neoliberalismo na formulação das políticas de internacionalização da educação. Do mesmo modo, apontou-se empecilhos nas estratégias institucionais, entre elas o sistema de formulação unidirecional e distante da comunidade acadêmica. Demonstrou-se a importância de a internacionalização da educação ser concebida como um processo, com etapas de planejamento, execução, acompanhamento e aprimoramento.

Correlatamente, abordou-se o *status quo* da internacionalização, a concepção hegemônica que considera essencialmente a mobilidade acadêmica e publicação internacional como sinônimo de internacionalização da educação, ademais de priorizar uma relação com o Norte global em detrimento das relações Sul-Sul.

Por outro lado, apresentou-se um nicho pouco explorado de internacionalização educacional que abrange a cooperação transfronteiriça, com uma abordagem mais sustentável, isto é, considerando-a como um processo multifacetado e interdisciplinar, que serve como um meio para promover respostas à problemas sociais complexos oriundos da modernidade. Desta forma, a internacionalização se expande para outras áreas de cooperação – para além da mobilidade acadêmica – e mais acessíveis a toda comunidade acadêmica, em função da proximidade geográfica da cooperação transfronteiriça.

Em suma, incumbe a cada IES conjecturar suas ações de internacionalização e indagar de forma ampla, o porquê das ações de internacionalização da educação em voga? A resposta deveria estar estritamente alinhada a missão institucional. Igualmente, a IES deveria averiguar como estas ações estão sendo absorvidas institucionalmente, a secretaria acadêmica compreende a importância de ter um estudante internacional? Ela está preparada para lidar com isso? A professora está capacitada e amparada para lidar com as distintas amplitudes de cooperação internacional?

Estas perguntas podem servir de guisa para uma reestruturação, ou reflexão sobre o atual modelo de internacionalização da educação adotado. Para as IES localizadas na faixa de fronteira, acrescento outra pergunta, a instituição está considerando o território para traçar as políticas institucionais? Isso inclui o país vizinho? Ressalta-se que os problemas não enxergam a fronteira, frequentemente são agravados por ela. Deste modo, a universidade pode cumprir o papel de buscar a transformação social, por meio do tripé do ensino; pesquisa e extensão, abrangendo a fronteira como parte de sua estrutura orgânica.

A pesquisa utilizada neste artigo demonstrou que há instituições que buscam a cooperação fronteira e esbarram em problemas diversos, há IES que viraram as costas para a fronteira e tem uma minoria que possuem ações exitosas, como oferta de cursos binacionais, ingresso regular de estudantes fronteiriços, pesquisas conjuntas, entre outras.

Para facilitar as ações de cooperação fronteira, uma alternativa apontada no texto foi a criação de uma rede de universidades de fronteira, com o objetivo de

granjear força política, para flexibilizar normativas e legislações que hoje tratam de forma indistinta uma IES de fronteira, desconsiderando suas particularidades e necessidades. Do mesmo modo, as IES podem compartilhar boas práticas de cooperação transfronteiriça e buscar novas alternativas para além da mobilidade acadêmica.

Em suma, ilustrou-se aqui o amplo potencial de atuação e cooperação internacional nas fronteiras brasileiras, buscando no outro uma complementação das lacunas existentes, compartilhando ações no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

## Referências

BAUMGRATZ, Deise, et al. *Universidades De Fronteira: Um estudo sobre o perfil institucional e as necessidades das Instituições de Ensino Superior em áreas de fronteira no Brasil*. UNILA: Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em: <<http://dSPACE.unila.edu.br/123456789/4879>> acesso em 04 jun. 2020.

BRASIL. *Constituição* (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CASTRO, Paloma; LUNDGREN, Ulla; WOODIN, Jane. Intercultural Dialogue: an educational approach. In: *Educational Approaches to Internationalization through Intercultural Dialogue: Reflections on Theory and Practice*. Routledge: London, 2020. <https://doi.org/10.4324/9780429444289>.

CORDEIRO, Maria Helena B. V. *Entrevista* concedida a Deise Baumgratz e Diana Araujo Pereira. UNILA, Chapecó, dez. 2018.

DAHLEM, Roseli B. *Entrevista* concedida a Deise Baumgratz e Diana Araujo Pereira. UNILA, Foz do Iguaçu, ago. 2018.

ERASMUS. *Origins of the Erasmus programme* – interview with Hywel Ceri Jones. UK, 2017. Disponível em: <https://www.erasmusplus.org.uk/blog/origins-of-the-erasmus-programme-%E2%80%93-interview-with-hywel-ceri-jones>;

ESN. ERASMUS Student Network. UK, 2020. Disponível em: <http://www.aegee.org/erasmus-a-silent-revolution/>, acesso em 05/08/2019.

KNIGHT, Jane; DE WIT, Hans. *Internationalization of Higher Education in Asia Pacific Countries*. Amsterdam: European Association for International Education, 1997.

KNIGHT, Jane. *Student Mobility and Internationalization: Trends and Tribulations*. Research in Comparative and International Education: Reino Unido, 2012. doi:10.2304/rcie.2012.7.1.20

LIMA, Manolita; MACHADO, Carolina. O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva. *Avaliação*, 14(3), 2009. P. 583-610.

MARMOLEJO, Francisco. Global Community Engagement – Francisco Marmolejo. In: *Conferência Faubai 2019*, Belém-PA. Abril, 2019.

MESTENHAUSER, Josef A. Missing In Action: Leadership for International and Global Education for the Twenty-First Century. In: *Internationalization of Higher Education: An Institutional Perspective*. Papers on Higher Education. UNESCO: Bucharest, 2000. Disponível em: < <https://unesdoc.unesco.org/in/documentView>

[wer.xhtml?v=2.1.196&id=p::usmarcdef\\_0000122253&file=/in/rest/annotationSVC/DownloadWatermarkedAttachment/attach\\_import\\_da9b4d74-d316-44b5-b637-a232b09ee542%3F\\_%3D122253engo.pdf&updateUrl=updateUrl5863&ark=/ark:/48223/pf0000122253/PDF/122253engo.pdf.multi&fullScreen=true&locale=en#%5B%7B%22num%22%3A36%2C%22gen%22%3A0%7D%2C%7B%22name%22%3A%22XYZ%22%7D%2C%2C564%2Cnull%5D>](https://www.unesco.org/pt/education/higher-education-internationalization/erasmus-plus-2018-2020). Acesso em: 04 jun. 2020.

MÉSZÁROS, István. *Educação para além do capital*. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOROSINI, Marília. Internacionalização da educação superior: um modelo em construção? In: D. Ristoff, P. Sevegnani (Org). *Modelos Institucionais de Educação Superior*. (93-118). Brasília: Inep, 2006.

NYE, Joseph S. *Soft Power: the means to success in world politics*. Nova Iorque: Public Affairs, 2004.

PEGO. Bolívar (coord.) et al. *Fronteiras do Brasil: diagnóstico e agenda de pesquisa para política pública*. IPEA: Vol. 2. Brasília, 2017. ISBN: 978-85-781 1 -303-2.

ROCHA. Rafael. *Entrevista concedida a Deise Baumgratz e Diana Araujo Pereira*. UNILA, dez. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. As dores que ficam são as liberdades que faltam. Para continuar e aprofundar o Manifesto de 1918. In: *Conferência Regional de Educação Superior (CRES)*, 2018. Córdoba, Argentina. Jun. 2018

TCE, *Tribunal de Contas Europeu*. Mobilidade no quadro do Erasmus+: milhões de participantes e valor acrescentado europeu multifacetado, mas a medição do desempenho necessita de melhorias. In: Relatório Especial nº 22. Luxemburgo, 2018. Disponível em: <<https://op.europa.eu/webpub/eca/special-reports/erasmus-22-2018/pt/>> acesso em 06/05/2020.

WIT, Hans de. Changing Rationales For The Internationalization of Higher Education. In: *Internationalization of Higher Education, an institutional perspective*. UNESCO. 2000, p. 9 - 21. Disponível em: < [Revista de Ciências Sociais — Fortaleza, v. 54, n. 1, mar./jun. 2023, p. 139–156.](https://unesdoc.unesco.org/in/documentViewer.xhtml?v=2.1.196&id=p::usmarcdef_0000122253&file=/in/rest/annotationSVC/DownloadWatermarkedAttachment/attach_import_da9b4d74-d316-44b5-b637-a232b09ee542%3F_%3D122253engo.pdf&updateUrl=updateUrl5863&ark=/ark:/48223/pf0000122253/PDF/122253engo.pdf.multi&fullScreen=true&locale=en#%5B%7B%22num%22%3A36%2C%22gen%22%3A0%7D%2C%7B%22name%22%3A%22XYZ%22%7D%2C%2C564%2Cnull%5D></a> >. Acesso em: 04 jun. 2020.</p></div><div data-bbox=)

**Resumo:**

Internacionalização da Educação Superior é um tema sobressaliente nas Instituições de Ensino Superior de forma global. Sua origem está entrelaçada com a agenda neoliberal alavancada ao final da Guerra-fria, no artigo, explora-se o conceito de internacionalização da educação e aponta que o *status quo* da internacionalização da educação é conectado a mobilidade acadêmica e a uma relação direcionada ao norte global, principalmente EUA e Europa. Entretanto, internacionalização educacional não se limita a isso, é um processo interdisciplinar, complexo e multifacetado. Após uma breve introdução apresenta-se a metodologia utilizada, na sequência faz-se análise de referencial teórico, descrevendo a origem e os conceitos da internacionalização da educação. Na sequência expõe-se uma pesquisa realizada em 2019 com o mapeamento das universidades de fronteira, amparada em dados primários e entrevistas estruturadas, assim como algumas entrevistas abertas realizadas com gestores de escritórios de relações internacionais de universidades de fronteira, descrevendo o potencial de internacionalização destas instituições, em um modelo centrado no desenvolvimento regional, atendendo as demandas sociais do território e o paradoxo da não realização de uma integração transfronteiriça. Por último, infere-se algumas perspectivas para promover uma internacionalização educacional mais sustentável.

**Palavras Chaves:** Internacionalização da educação; Educação Superior; Fronteiras; Integração transfronteiriça.

**Abstract:**

Internationalization of Higher Education is a prominent theme within Higher Education Institutions globally. Its origin intertwines with the neoliberal agenda leveraged at the end of the Cold War, the article studies the concept of internationalization of education and verifies that the status quo of the internationalization of education strictly links to academic mobility, and a relationship directed towards global north, mainly USA and Europe. However, educational internationalization is not limited to this point; it is an interdisciplinary, complex and multifaceted process. After a brief introduction, the methodology used is presented, followed by an analysis of the theoretical framework, describing the origin and concepts of the internationalization of education. At the sequence, we present a research carried out in 2019 with the mapping of border universities, based on primary data and structured interviews, as well as some open interviews conducted with managers of border university international relations offices. We describe the potential of internationalization of these institutions, in a model focused on regional development, meeting the social demands of the territory and the paradox of not carrying out cross-border integration. Finally, some perspectives are inferred to promote a more sustainable educational internationalization.

**Keywords:** Internationalization of education; Higher Education; Borders; Cross-border integration

Recebido para publicação em 29/03/2021.

Aceito em 19/01/2022.

 **ACESSO ABERTO**

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

